

PARQUES URBANOS E QUALIDADE DE VIDA: AS FUNÇÕES SOCIAIS E ECOSSISTÊMICAS DO PARQUE SAPUCAIA EM MONTES CLAROS-MG

Carlos Henrique Silva Alves ¹
Carlos Alexandre de Bortolo ²

RESUMO

A incorporação de espaços públicos dentro do perímetro urbano de uma cidade, atende a necessidade de promover a qualidade socioambiental no seu diâmetro de abrangência. Em relação à cidade de Montes Claros - MG, o Parque Sapucaia consiste num exemplo de área verde urbana que oferece não apenas benefícios sociais, mas também benefícios ecossistêmicos à população. No intuito de aprimorar as discussões sobre como uma área verde interfere na dinâmica ambiental da cidade e conseqüentemente, nas condições de vida e saúde dos cidadãos, o objetivo deste artigo foi avaliar a importância social e ecossistêmica do Parque Sapucaia na promoção da qualidade de vida da população. Para alcançá-lo, o procedimento metodológico adotado baseou-se numa pesquisa descritiva de cunho qualitativo que se iniciou com uma revisão bibliográfica onde foram estudados os conceitos de espaços públicos, parques urbanos e áreas verdes; seguida por uma visita ao Parque Sapucaia para identificar as funcionalidades por ele desempenhadas. Os resultados obtidos confirmam que o referido parque exerce funcionalidade estética, social e ecossistêmica para a cidade, tornando-se um importante mecanismo para a promoção da qualidade de vida da população. Utilizando o Parque Sapucaia como exemplo, torna-se necessário pensar políticas de planejamento que considerem a implantação e distribuição de áreas verdes, como os parques urbanos, a fim de melhorar a qualidade de vida da população residente em outras regiões da cidade.

Palavras-chave: Áreas Verdes. Parques Urbanos. Cidade. Espaço Urbano. Socioambiental.

RESUMEN

La incorporación de espacios públicos dentro del perímetro urbano de una ciudad, responde a la necesidad de promover la calidad social y ambiental en su diámetro de cobertura. En relación con la ciudad de Montes Claros - MG, el Parque Sapucaia es un ejemplo de área verde urbana que ofrece no sólo beneficios sociales, sino también beneficios ecosistémicos a la población. Con el fin de mejorar las discusiones sobre cómo un área verde interfiere en la dinámica ambiental de la ciudad y, en consecuencia, en las condiciones de vida y salud de los ciudadanos, el objetivo de este artículo fue evaluar la importancia social y ecossistémica del Parque Sapucaia en la promoción de la calidad de vida de la población. Para ello, el procedimiento metodológico adoptado se basó en una investigación descriptiva de carácter cualitativo que comenzó con una revisión bibliográfica en la que se estudiaron los conceptos de espacios públicos, parques urbanos y áreas verdes; seguida de una visita al Parque Sapucaia para identificar las funciones que desempeña. Los resultados obtenidos confirman que el parque tiene una función estética, social y ecossistémica para la ciudad, lo que lo convierte en un importante mecanismo de promoción de la calidad de vida de la población. Tomando como ejemplo el Parque Sapucaia, se hace necesario pensar en políticas de planificación que consideren la implantación

¹ Mestrando do Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES, carloshenriquealvess@gmail.com;

² Professor do Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES, carlosbortolo.bortolo@unimontes.br;

y distribución de áreas verdes, como los parques urbanos, para mejorar la calidad de vida de la población que vive en otras regiones de la ciudad.

Palabras clave: Zonas verdes. Parques urbanos. Ciudad. El espacio urbano. Socioambiental.

INTRODUÇÃO

A partir da segunda metade do século XX, o Brasil passou a vivenciar um intenso crescimento populacional em seus espaços urbanos, motivado principalmente pelas migrações campo-cidade e cidade-cidade (DI SARNO, 2004). Esse crescimento acarretou num processo de urbanização desigual e desordenado que se manifestou através do surgimento de cidades carentes não apenas em infraestrutura física, mas também social e ambiental.

No norte de Minas Gerais, o município de Montes Claros concentra, conforme estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2020), uma população de 413.487 habitantes. Como explica França (2012, p. 149), Montes Claros “apresentou nas últimas décadas um significativo incremento na sua taxa de população urbana que evoluiu de 73% em 1970, para 95% em 2010.” Esse crescimento populacional resultou num rápido processo de expansão urbana que se deu de forma aleatória sem considerar as políticas de controle urbanístico e de proteção ambiental (FRANÇA, 2007). A consequente falta de um planejamento e ordenamento que beneficiasse todo o espaço urbano de Montes Claros, provocou uma redução excessiva das áreas verdes da cidade, principalmente nos espaços onde se expandiram os assentamentos informais, interferindo diretamente na qualidade de vida da população.

As áreas verdes se destacam como lugares singulares onde as práticas sociais cotidianas se desenvolvem em consonância com a conservação de espaços que apresentam uma grande concentração de vegetação arbórea no interior das cidades. Llardent (1982, p. 151) define as áreas verdes como “qualquer tipo de espaço livre no qual predominam as áreas plantadas de vegetação, correspondendo, em geral, o que se conhece como parques, jardins ou praças.”

A incorporação de espaços públicos dentro do perímetro urbano de uma cidade, atende a necessidade de se preservar a natureza e promover a qualidade ambiental no seu diâmetro de abrangência; bem como, oferecer à população condições favoráveis para a realização de atividades físicas e de lazer. Em relação à cidade de Montes Claros, o Parque Sapucaia consiste num exemplo de área verde urbana que oferece não apenas benefícios

ecossistêmicos, mas também benefícios sociais à população local, principalmente aquela que reside no seu entorno.

O papel desempenhado pelo Parque Sapucaia na região onde o mesmo encontra-se localizado, despertou o interesse em aprimorar as discussões a respeito de como a existência de uma área verde interfere na dinâmica ambiental da cidade e conseqüentemente, nas condições de vida e saúde dos cidadãos. No que tange aos benefícios ofertados à Montes Claros, o objetivo deste trabalho foi avaliar a importância social e ecossistêmica do Parque Sapucaia na promoção da qualidade de vida da população local. Primeiramente discutiu-se os conceitos e as classificações de áreas verdes, dentre as quais, os parques públicos urbanos encontram-se inseridos. Na sequência, identificou-se as funções socioambientais desempenhadas pelo Parque Sapucaia em Montes Claros; para por fim, confirmar a sua importância na manutenção de uma cidade ambientalmente saudável e sustentável.

A metodologia utilizada baseou-se numa pesquisa descritiva de cunho qualitativo que começou com uma revisão bibliográfica onde foram estudados os conceitos de espaços públicos, parques urbanos e áreas verdes; seguindo de um estudo *in loco* a fim de identificar as funcionalidades desempenhadas pelo Parque Sapucaia. É importante salientar que para a realização da visita de campo, todos os protocolos de prevenção à Covid-19 foram respeitados.

Através dos estudos realizados, foi possível constatar que o Parque Sapucaia consiste num importante equipamento urbano para a cidade de Montes Claros, uma vez que assume funcionalidade estética, harmonizando a paisagem urbana; funcionalidade social, enquanto alternativa para descanso, lazer e recreação; e também funcionalidade ecossistêmica, abrigando uma rica biodiversidade que influencia direta ou indiretamente nas condições fisiográficas da região onde o parque se insere.

Os benefícios ofertados pelo Parque Sapucaia ao seus usuários, bem como a população que reside no seu entorno, atentam para a necessidade de se pensar políticas de planejamento que considerem a implantação e distribuição de áreas verdes, como os parques urbanos, em outras regiões da cidade. Além de atender às necessidades de lazer e recreação, os parques urbanos quando criados em regiões que já apresentam aspectos naturais passíveis de serem preservados, ajudam a garantir a manutenção da biodiversidade animal e vegetal e o equilíbrio entre a agitação da cidade e a calma da natureza.

METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos se embasaram numa pesquisa descritiva de abordagem qualitativa onde foram evidenciadas as condições socioambientais do Parque Sapucaia que confirmam a sua importância para a cidade de Montes Claros. Num primeiro momento, foi realizado um levantamento bibliográfico onde se discutiu os conceitos fundamentais que definem e classificam os parques públicos urbanos como áreas verdes.

Em seguida, foi realizado um levantamento a campo onde foram identificadas as funções sociais e ecossistêmicas exercidas pelo Parque Sapucaia que contribuem diretamente com a melhoria da qualidade de vida da população que utiliza os serviços ofertados por esse equipamento urbano. Através de registros iconográficos, foi possível caracterizar os aspectos fisiográficos do Parque Sapucaia que agregam ao seu diâmetro de abrangência, condições ambientalmente saudáveis e sustentáveis.

REFERENCIAL TEÓRICO

O processo de expansão urbana, impulsionado pelo crescimento da população, produz no espaço físico das cidades diferentes lugares que despertam o interesse das sociedades enquanto instrumentos de interação e satisfação das suas necessidades cotidianas. A existência desses múltiplos lugares, dotados de singularidades, se manifesta no interior das cidades, materializados pelos espaços públicos definidos por Gomes (2005, p. 252) como a “base e condição fundamental para a experiência da liberdade individual, vivida dentro de uma coletividade”.

Para atender aos interesses de sociabilidade da população, os espaços públicos adquirem usos e funções que os convertem em instrumentos de representação e expressão dos indivíduos que, em conjunto, consomem os serviços por eles ofertados (BORJA, 2003). Sob esta ótica, mais do que todo e qualquer espaço urbano livre e aberto, os espaços públicos se estruturam a partir das interações entre as pessoas. Essas interações se tornam a base de uma vida em comum compartilhada por indivíduos que não se conhecem e que não possuem qualquer tipo de vínculo afetivo. Ambos, encontram-se unidos à uma estrutura que garante a cooperação e a independência de julgamentos e manifestações por parte daqueles que usufruem desses espaços (GOMES, 2018).

Assim como as ruas e praças, os parques urbanos são definidos como espaços públicos, uma vez que se caracterizam como ambientes de interação social, garantindo aos seus usuários experiências que estimulam a convivência por meio da diversidade. Além de se destacarem como lugares de encontros e relações, esses parques são também responsáveis pelo enriquecimento da vida urbana ao serem classificados como áreas verdes que apresentam vegetação de diferentes portes e outras características naturais que os tornam espaços esteticamente agradáveis para o uso cotidiano da população (MILANO, 1984).

Nucci (2008) complementa que, para ser considerada uma área verde, os parques urbanos devem cumprir não apenas uma função ecológica, mas também uma função estética e de lazer, dispendo de uma cobertura vegetal com solo permeável que ocupe aproximadamente 70% da área em questão. Cavalheiro e Del Picchia (1992) apontam para a função social exercida pelas áreas verdes, ao destacarem esses espaços como parte dos equipamentos urbanos que agregam, sociabilizam e melhoram a qualidade de vida da população que os utiliza.

O significado que as áreas verdes representam para os espaços urbanos, decorre da elevada qualidade ambiental que elas oferecem, uma vez que garantem a preservação dos elementos naturais e possibilitam o desenvolvimento de atividades educativas, recreativas e de lazer, fundamentais para o bem-estar da população (BARGOS e MATIAS, 2011). O aumento da demanda por esses tipos de espaços é consequência do estilo de vida urbano com uma estrutura cultural associada ao sedentarismo (OLIVEIRA, 1996).

A existência de áreas que concentram coberturas vegetais nas cidades, configuram-se como importantes instrumentos que mantêm a qualidade social e ecossistêmica dos espaços urbanos, interferindo diretamente na saúde física e mental da população, colaborando com a melhoria das suas condições de vida (LOBODA, 2003). Esses espaços, quando distribuídos de forma regular pelo perímetro urbano da cidade, garantem à população o direito de usufruir de ambientes com aspectos paisagísticos harmoniosos, passíveis de serem utilizados para a realização de práticas esportivas e para a contemplação da natureza.

A existência de parques urbanos acabam por interferir diretamente na dinâmica natural das áreas onde estão localizados. A concentração de vegetação influencia nas condições climáticas, ajudando a amenizar a temperatura local e minimizar problemas atmosféricos como a poluição do ar. Os parques garantem também, a preservação de espécies da fauna e da flora, ajudando na manutenção dos recursos hídricos através da capacidade de infiltração do solo e do abastecimento das águas superficiais (BENAKOUCHE, 1994).

Diante dos benefícios que os parques urbanos agregam a melhoria da qualidade de vida da população, é importante salientar que a criação e a distribuição dessas áreas verdes, perpassa pelo planejamento e ordenamento do espaço da cidade, que por sua vez é de responsabilidade da gestão municipal. Ferreira et al. (2016) corroboram com essa ideia quando afirmam que é dever da administração municipal planejar a distribuição da cobertura vegetal pela cidade associando-a ou não, à proteção da fauna ou patrimônio arquitetônico.

No âmbito da construção de uma cidade sustentável, as políticas de planejamento urbano devem se configurar como instrumentos que dêem ao cidadão a possibilidade de melhorar as condições de habitabilidade em seu próprio ambiente de vivência (OLIVEIRA e MASCARO, 2007). A implementação dos parques urbanos enquanto equipamentos que integram o sistema de áreas verdes, são apontados por Loboda e De Angelis (2005) como resultados dessas políticas que acabam por transformar espaços vazios em ambientes que agregam benefícios, tanto no que se refere às condições físicas integrantes do espaço da cidade, quanto ao bem-estar da população que nela reside.

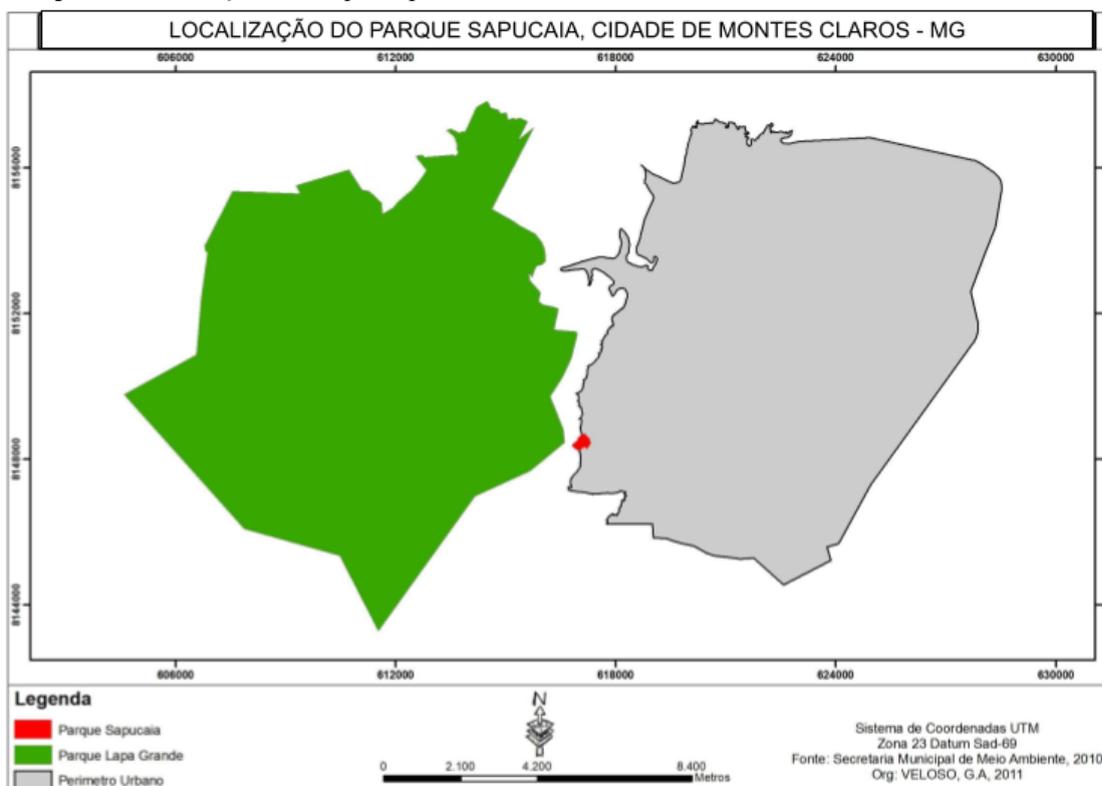
Para colocar em prática as políticas de planejamento, ordenamento e controle de uso do solo urbano, os gestores municipais devem atentar para a importância de se criar áreas verdes e distribuí-las de forma equitativa pelo espaço da cidade. Tais ações, além de evitar ou corrigir possíveis distorções decorrentes de um crescimento urbano desordenado, resguardam o meio ambiente, garantindo a proteção, preservação e recuperação do espaço natural e construído.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Algumas áreas verdes urbanas da cidade de Montes Claros - MG encontram-se geograficamente delimitadas por espaços destinados à preservação ambiental. Esses espaços seriam em sua totalidade, aqueles que se caracterizam pela existência de uma fauna e flora nativa, concentrando também formações rochosas exuberantes, nascentes e cursos d'água que possibilitam ao cidadão, a oportunidade de realizar práticas esportivas como trilhas, escaladas, caminhadas e outras atividades recreativas que promovem o bem-estar.

Criado através da lei nº 1.648 de 08 de setembro de 1987, o Parque Doutor Simeão Ribeiro Pires, popularmente conhecido como Parque Sapucaia, apresenta uma área de aproximadamente 37 (trinta e sete) hectares que encontram-se inseridos dentro do perímetro urbano da cidade de Montes Claros (Mapa 01), aspecto que permite classificá-lo como um parque urbano.

Mapa 01: Localização do Parque Sapucaia.



Conforme o Atlas Ambiental de Montes Claros - MG (2020), o Parque Sapucaia localiza-se na região de planejamento do Morada do Parque, na porção sudoeste da referida cidade. A sua extensão integra a Serra do Mel, forma microescalar de relevo tombada pelo Decreto Municipal nº 3.467 de 29 de dezembro de 2016, que oficializou esse relevo característico, como parte do Patrimônio Histórico, Cultural e Natural do município em questão.

A topografia da região onde o Parque Sapucaia se localiza, marcada pela existência da Serra do Mel, dificulta a expansão urbana em direção a essa parte da cidade. Por esse motivo, a região de planejamento do Morada do Parque apresenta uma expressiva cobertura vegetal e outros atributos naturais que são responsáveis por melhorar as condições de qualidade ambiental para a população residente. Isto posto, a existência do Parque Sapucaia nos domínios dessa área protegida pelo poder público municipal, oferece inúmeros benefícios à saúde humana, por dispor de uma infraestrutura que favorece a realização de atividades de lazer e recreação, além de desempenhar outras funções socioambientais relevantes para os indivíduos que utilizam esse espaço.

Ao se constituir como um importante equipamento urbano para a cidade de Montes Claros, o Parque Sapucaia passa a exercer funcionalidade não apenas estética, mas também,

social e ecossistêmica. Como explica Loboda e De Angelis (2005), em virtude do volume, distribuição, densidade e tamanho, os parques urbanos enquanto instrumentos integrantes do sistema de áreas verdes, expandem seus benefícios para outras regiões que encontram-se no seu diâmetro de influência.

Tendo em vista que as contribuições desempenhadas pelo Parque Sapucaia ajudam a minimizar os efeitos do processo de urbanização na cidade de Montes Claros, os tópicos a seguir abordarão as principais funcionalidades do parque responsáveis por melhorar a qualidade de vida dos indivíduos que frequentam esse equipamento urbano, bem como aqueles que residem no seu entorno.

Funcionalidade estética, de lazer e recreação

Nos limites do parque é comum encontrar estruturas rochosas calcárias expostas na superfície onde predominam espécies típicas de Mata Seca, formação arbórea, caducifólia caracterizada pelas variações sazonais de sua cobertura. Carneiro (2003, p. 94) explica que a área que abrange o município de Montes Claros é constituída por “rochas do Pré-cambriano com predominância do Grupo Bambuí, formando os relevos tabulares – chapadas – e presença de grutas calcárias ou relevo plano e suave ondulado”. Essas formações calcárias são visíveis na extensão do parque através de paredões e outras formações rochosas que agregam considerável beleza paisagística à área em questão, servindo também de suporte para a prática de modalidades esportivas, como rapel e escalada (Figura 01).

Figura 01: Formações de rochas calcárias.



Fonte: Acervo dos autores, 2021.

É importante salientar que as atividades esportivas, de lazer e recreação realizadas no Parque Sapucaia, podem ser desenvolvidas em níveis de intensidade que vão desde caminhadas leves, a outras atividades que exigem intenso condicionamento físico. Em toda a sua extensão, o parque conta com trilhas internas que possuem uma infraestrutura de suporte composta por guaritas, banheiros, escadarias, praças de apoio e descanso (Figura 02). Esses aparatos foram construídos com a finalidade de proporcionar aos seus usuários, maior conforto para a realização de suas atividades.

Figura 02: Estrutura de Apoio do Parque (A) Portaria principal; (B) Escadaria;



Fonte: Acervo dos autores, 2021.

Na parte interna é possível encontrar também outros elementos construídos como um teleférico, playground, ponte pênsil e bares, que se configuram como outras opções de lazer para a população. Porém, quase todos esses elementos citados encontram-se em avançado estado de deterioração, seja pelas ações de vandalismo praticadas por alguns frequentadores do parque, seja pelo desgaste decorrente da ação do tempo e da falta de constante manutenção por parte da administração local (Figura 03).

Figura 03: Estrutura deteriorada do parque (A) Bar desativado; (B) Teleférico; (C) Espaço de convivência;



Fonte: Acervo dos autores, 2021.

Mesmo com a falta de conservação de parte da sua estrutura, o Parque Sapucaia, através das suas trilhas, consegue aproximar seu usuário de elementos naturais compostos pela fauna e flora nativa, proporcionando bem-estar, reduzindo o estresse e a ansiedade (Figura 04). Para que a realização de caminhadas ecológicas ou corridas rústicas ocorram sem impactos à natureza, é importante que a administração do parque defina regras e normas de uso, bem como estabeleça a capacidade máxima de suporte das trilhas, a fim de manter a sua conservação.

Figura 04: Trilhas no interior do parque.

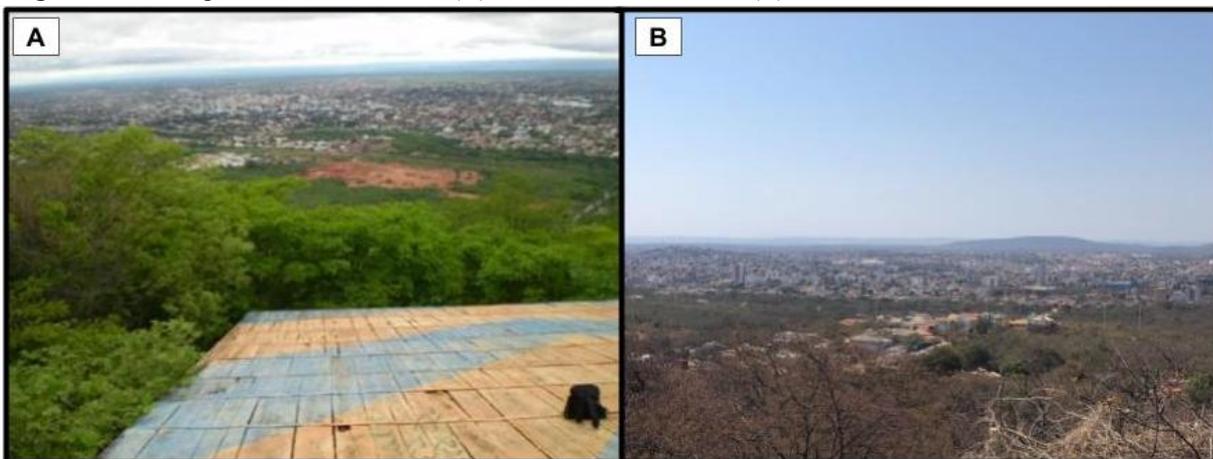


Fonte: Acervo dos autores, 2021.

Além das trilhas internas, às formações rochosas distribuídas pela extensão do Parque Sapucaia apresentam condições favoráveis para a prática de escalada e rapel. Tais modalidades esportivas, consistem respectivamente na subida e descida em superfícies verticais como blocos e paredões rochosos, exigindo do praticante concentração e condicionamento físico. Por serem consideradas práticas perigosas, ambas necessitam de equipamentos adequados e auxílio de profissionais para garantir a segurança na realização desses esportes a fim de evitar acidentes.

O usuário que através das trilhas consegue chegar até a parte alta do Parque Sapucaia é contemplado com um mirante onde é possível ter uma visão panorâmica da cidade, além de poder contemplar a natureza durante todo o trajeto da trilha até o referido local (Figura 05). Esse mesmo espaço do parque foi, durante muitos anos, utilizado como pista destinada a voos de parapente. No entanto, as ações de vandalismo foram responsáveis pela degradação da referida área impossibilitando a prática desse tipo de esporte.

Figura 05: Visão panorâmica da cidade. (A) Em dezembro de 2020; (B) Em Julho de 2021;



Fonte: Acervo dos autores, (A) 2020, (B) 2021.

As características fisiográficas do parque ao despertarem o interesse por atividades de lazer e recreação, proporcionam também o contato direto do indivíduo com a natureza, estimulando-o a ter uma consciência direcionada para a preservação ambiental. A partir dessa percepção, a estrutura oferecida pelo Parque Sapucaia, ao se converter numa alternativa para a redução do estresse cotidiano através das práticas de redução do sedentarismo, exerce também, funções ecossistêmicas que são extremamente relevantes para regularizar a dinâmica ambiental da cidade.

Funcionalidades ecossistêmicas

Dentre os aspectos naturais que predominam na paisagem do Parque Sapucaia, a concentração de espécies nativas do Cerrado, da Caatinga e, principalmente da Mata Seca, atuam como elementos naturais que suavizam as condições de temperatura, purificam o ar atmosférico através dos processos de oxigenação e regulam o ritmo de circulação dos ventos, nas áreas que integram o diâmetro de influência do parque. Mascaró et al. (2002) confirmam os benefícios decorrentes da presença de vegetação, quando a definem como um recurso moderador de calor que fornece sombreamento, permite a passagem da brisa local e absorve a radiação térmica (Figura 06).

Figura 06: Vegetação do parque.



Fonte: Acervo dos autores, 2021.

Através das suas raízes, a vegetação ainda ajuda a manter a superfície estável principalmente nas áreas íngremes. A elevada concentração de vegetação acaba por atenuar os impactos da chuva, diminuindo a velocidade da água que escoar pela superfície, reduzindo os processos erosivos. Bertoni e Lombardi Neto (1999) definem a vegetação como a defesa natural de um terreno contra a erosão, uma vez que protege a camada superficial do solo em relação ao impacto direto das gotas de chuva, distribui de forma regular a água pela superfície, mantém a umidade do solo e a estrutura do mesmo estável.

As condições do solo, que se apresenta às vezes nú ou coberto por gramíneas e folhas, também ajudam a diminuir o escoamento superficial, retardando os processos erosivos e, conseqüentemente, intensificando a infiltração da água, de modo a contribuir com o abastecimento do lençol freático. No que se refere a existência de água no subsolo, Ferreira (2000 *apud* Belém e Vidal, 2019) lembra que a área do Parque Sapucaia, por não dispor de aquíferos com água suficiente para manter o seu abastecimento, necessitou que a prefeitura firmasse um convênio com a Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA para solucionar o problema em questão. Ainda que a disponibilidade de água subterrânea nessa

área seja pequena, a permeabilidade do solo associada a predominância de cobertura vegetal, mantém a dinâmica de recarga do lençol freático.

Em relação às águas superficiais, a extensão do Parque Sapucaia concentra córregos intermitentes que possuem o seu regime de alimentação em funcionamento durante o período chuvoso. Tal condição é resultado da distribuição das chuvas que ocorrem em menor tempo, de forma irregular, se estendendo entre os meses de dezembro a março, configurando uma característica específica do clima da região. Sobre o clima tropical semiúmido que abrange Montes Claros, Carneiro (2003, p. 96) explica que o mesmo apresenta “temperaturas médias anuais em torno de 22°C e índices pluviométricos variando entre 500 – 1.200 mm anuais, com ocorrências periódicas dos fenômenos da seca e dos veranicos”, aspectos que justificam os córregos existentes no Sapucaia permanecerem secos a maior parte do ano.

Mediante as condições físicas apresentadas, a área verde que integra o Parque Sapucaia, condicionada a outros fatores bióticos e abióticos, adquire condições favoráveis para abrigar animais como espécies de pássaros nativos da região. Cabe aqui ressaltar que a presença de pássaros em toda a extensão do parque se faz importante, uma vez que esses assumem a função de dispersores naturais de sementes, contribuindo com a reprodução da vegetação no local. Essa interação percebida entre os elementos que fazem parte do sistema ecológico do Parque Sapucaia é fundamental para a manutenção da biodiversidade animal e vegetal que se desenvolvem em sua extensão, tornando possível também equilibrar o cotidiano urbano à dinâmica do meio ambiente em questão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo em questão demonstrou que a área que compreende o Parque Sapucaia abriga uma rica biodiversidade que além de promover uma harmonização estética em sua área de abrangência, apresenta também uma estrutura que atende as necessidades de lazer e recreação da população local, tornando-se um mecanismo essencial para a qualidade socioambiental da cidade. No entanto, para que o Parque Sapucaia continue sendo uma alternativa para a população se desconectar do estresse cotidiano típico do modo de vida urbano, é essencial que o mesmo seja beneficiado por um amplo processo de revitalização nas suas estruturas físicas, acompanhado pela implantação de um sistema de fiscalização que consiga evitar a ação de vândalos no local.

As condições naturais que integram a estrutura do Parque Sapucaia, confirmam que a população de Montes Claros possui um importante equipamento urbano que exerce funções

sociais e ecossistêmicas fundamentais para a melhoria da qualidade de vida da população local. Os benefícios que a referida área verde agrega de forma imediata à sua área de abrangência e de maneira geral, à cidade como um todo, atenta para a necessidade de reproduzir espaços como o Parque Sapucaia em outras regiões de planejamento; principalmente aquelas onde predominam características naturais passíveis de serem convertidas em unidades de conservação.

Diante disso, é possível concluir que a qualidade social e ecossistêmica considerada satisfatória para os habitantes de uma cidade, só é estabelecida quando se consegue equilibrar o processo de expansão urbana à garantia da saúde e bem-estar da população, alinhados à preservação do meio ambiente. Isso só se torna possível, através de uma ação efetiva do poder público com a participação da sociedade, onde são criadas normas e diretrizes que regulam a expansão da malha urbana, considerando a implantação de sistemas de áreas verdes, como os parques urbanos, com toda a estrutura necessária para atender as demandas da população.

REFERÊNCIAS

BARGOS, C.; MATIAS, Lindon F. Áreas verdes urbanas: um estudo de revisão e proposta conceitual. **REVSBAU**, Piracicaba, SP, v.6, n.3, p. 172-188. 2011. Disponível em: <http://www.revsbau.esalq.usp.br/artigos_cientificos/artigo169-publicacao.pdf> Acesso em: 31 Mai. 2021.

BELÉM, R. A.; VIDAL, V. C. Caminhadas no parque: um projeto de educação ambiental para o Parque Municipal da Sapucaia - Montes Claros/MG. **Revista Verde Grande**, Montes Claros, vol. 01, nº 01, p. 34 - 54. 2019.

BENAKOUCHE, R. **Avaliação monetária do meio ambiente**. São Paulo: Makron Books, 1994. 198 p.

BORJA, Jordi. **La ciudad conquistada**. Madrid: Alianza Editorial, 2003. 384 p.

CARNEIRO, Marina de Fátima Brandão. Região Norte de Minas: caracterização geográfica e a organização espacial – Breves Considerações. **Revista Cerrados**, Montes Claros, vol. 01, nº. 01, p. 91-106. 2003

CAVALHEIRO, F.; DEL PICCHIA, P.C.D. Áreas verdes: conceitos, objetivos e diretrizes para o planejamento. In: CONGRESSO BRASILEIRO SOBRE ARBORIZAÇÃO URBANA E IV ENCONTRO NACIONAL SOBRE ARBORIZAÇÃO URBANA. 1. **Anais...** Vitória, ES, p. 29-38. 1992.

DI SARNO, Daniela Campos Libório. **Elementos de Direito Urbanístico**. 1. ed., Barueri - São Paulo: Editora Manole Ltda, 2004.

FERREIRA, N.H.; FERREIRA, C.A.B.V.; GOUVEIA, I.C.M.C. Mapa de fragilidade ambiental como auxílio para o planejamento urbano e gestão de recursos hídricos. **Fórum Amb.** Alta Paulista, v.12, n.3, 2016.

FRANÇA, I. S. de. A cidade média e suas centralidades: o exemplo de Montes Claros no norte de Minas Gerais. 2007. **Dissertação** (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia/MG. 283 f.

FRANÇA, I. S. de. Aglomeração urbana descontínua de Montes Claros/MG: novas configurações socioespaciais. 2012. **Tese** (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia/MG. 393 f.

GOMES, Paulo César da Costa. O silêncio das cidades: os espaços públicos sob ameaça, a democracia em suspensão. In: **Revista Cidades**, v. 2, n 4, 2005

_____, Paulo César da Costa. Espaço público, espaços públicos. In: **Geographia**, vol. 20; nº 44. Set/Dez. p. 115-119, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA/IBGE. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/montes-claros.html>. Acesso em: 16 Mai. 2021.

LEITE, Marcos Esdras Leite. **Atlas Ambiental de Montes Claros/MG**. Montes Claros: Editora Unimontes, 2020. 66 p.

LLARDENT, L. R. A. **Zonas verdes y espacios libres en la ciudad**. Madrid: Closas Orcoyen, 1982. 538 f.

LOBODA, Carlos Roberto. Estudo das áreas verdes urbanas de Guarapuava-PR. 2003. **Dissertação** (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual de Maringá, Maringá/PR.

MASCARÓ, Lúcia Elvira Alicia Raffo de; MASCARÓ, Juan Luis. **Vegetação Urbana**. Porto Alegre: L. Mascaró, J. Mascaró, 2002. 242 p.

MILANO, Miguel Serediuk. Avaliação e análise da arborização de ruas de Curitiba-PR, 1984. 154 f. **Dissertação** (Mestrado em Ciências Florestais) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1884.

MONTES CLAROS. **Decreto nº 3.467**, de 29 de dezembro de 2016. Dispõe sobre o tombamento de bem ambiental neste município. Disponível em: <http://www.montesclaros.mg.gov.br/diariooficial/2016/dez-16/Di%C3%A1rio%20Oficial%20Eletr%C3%B4nico%2030-12-16.pdf>. Acesso em: 08 de Jun. 2021

MONTES CLAROS. **Lei nº. 1.648, de 08 de setembro de 1987** – Cria o Parque da Sapucaia no município de Montes Claros. Montes Claros: Câmara Municipal, 1987.

NUCCI, João Carlos. **Qualidade ambiental e adensamento urbano**: um estudo de ecologia e planejamento da paisagem aplicado ao distrito de Santa Cecília (MSP). 2ª ed. Curitiba: O Autor, 2008. 150 p.

OLIVEIRA, C. H. Planejamento ambiental na cidade de São Carlos (SP) com ênfase nas áreas públicas e áreas verdes: diagnóstico e propostas. **Dissertação** (Mestrado em Ecologia e Recursos Naturais) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 1996.

OLIVEIRA, Lucimara Albieri de; MASCARÓ, Juan José. Análise da qualidade de vida urbana sob a ótica dos espaços públicos de lazer. In: **Ambiente Construído**, Porto Alegre, vol. 07, nº 02, p. 59-69, 2007.